

**O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO MICHEL TEMER¹****Jairo da Silva e Silva**

Mestrando em Letras – Estudos Linguísticos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFPA - Campus Abaetetuba

Email: jairo.silva@ifpa.edu.br

Resumo: Desde seu primeiro dia de governo como presidente do Brasil, Michel Temer vem implementando medidas que consolidam o desmonte de políticas e programas sociais, bem como retrocessos em direitos conquistados, mesmo aqueles dos quais se pensava que jamais poderiam retroceder, como o direito à aposentadoria ou à saúde pública. Sob o argumento de que o Estado está em crise, de que gasta demais e de que não há alternativa a não ser cortar políticas públicas e impor sacrifícios à população, aliam Executivo e Legislativo em jogadas ensaiadas e extremamente rápidas, que desestabilizam de forma generalizada, praticamente impedindo qualquer tipo de contraposição. A esta maneira, o presente texto tem por objetivo refletir acerca das nefastas medidas impostas à educação brasileira durante o governo Michel Temer, para tanto, utilizamos contribuições teóricas de Amaral (2016), Chaves, Maués e Hage (2016) e Frigotto (2017).

Palavras-Chave: Políticas públicas. Educação. Michel Temer.

INTRODUÇÃO

Na semana do IX Fórum Internacional de Pedagogia – FIPED, completa-se 1 ano e meio desde o fatídico dia 12 de maio de 2016, quando da admissibilidade do processo de *impeachment* por suposto crime de responsabilidade fiscal da presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, e conseqüentemente, seu afastamento para julgamento pelo Congresso. Michel Temer, então vice-presidente, ao assumir o cargo interinamente anunciou seu programa de governo, o “Ponte Para o Futuro”. Primeiramente como interino e depois já empossado, o governo Temer vem implementando medidas que significam o desmonte de políticas e programas sociais, bem como retrocessos em direitos conquistados.

Ora, se as condições necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais adotadas nos governos anteriores, já eram limitadas e contraditórias as agora, as medidas editadas por Temer objetivam desconstruir todo o empreendimento político-institucional que, ancorado na Constituição Federal de 1988, permitiu-nos avançar em termos de igualdade e de reconhecimento, ainda que lentamente.

¹ Este trabalho tem sua origem a partir do desenvolvimento da dissertação de mestrado *A mercantilização da educação: análise discursiva de anúncios publicitários de faculdades e/ou universidades privadas na Amazônia brasileira*, a ser defendida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. A referida pesquisa tem por objetivo analisar o processo discursivo de transformação da educação em produto de consumo, enunciado em anúncios publicitários de instituições privadas de ensino superior (IPES) atuantes na Amazônia brasileira.



Tendo em vista a implementação de agenda de retrocessos no âmbito da educação brasileira, este texto apresenta sucintas análises com o objetivo de evidenciar os ataques aos direitos sociais ocorridos neste um ano e meio de governo Michel Temer, bem como suas consequências para o desmonte das diversas políticas públicas educacionais.

DESMONTANDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Desde Fernando Collor de Mello, Michel Temer já é o presidente que mais editou Medidas Provisórias (MP), dispositivos que têm força de lei e efeito imediato, que devem ser usadas em casos de relevância e urgência. No entanto, Temer vem usando este instrumento para implementar reformas estruturantes em consonância com o novo programa de governo imposto. Dentre as quais, citamos a MP 726, que reduziu o número de ministérios com grande impacto para as pastas sociais e a MP 746, que trata da reforma do Ensino Médio (passando à condição de Lei posteriormente – Lei nº 13.415/2017).

Logo no primeiro dia do governo Temer, o país acordou impactado pelos noticiários da unificação dos Ministérios da Cultura e Educação, além da extinção de diversos outros ministérios ligados às questões sociais. A redução dos espaços onde se pensam políticas públicas indica, conseqüentemente, a diminuição da possibilidade de efetivação dessas políticas e um abandono da sociedade à iniciativa privada. Devido à pressão da população, especialmente da classe artística, e à ocupação de prédios da Funarte por todo o Brasil, o Ministério da Cultura foi recriado, separando-se novamente do da Educação (MEC).

Desde os primeiros meses de Temer, o caráter privatista de seu governo se mostra favorável pela extinção ou minimização da importância de espaços de diálogo entre governo e sociedade civil. Nesse processo, foram destituídos membros do Fórum Nacional de Educação (FNE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), ainda que estes tenham sido indicados pela sociedade civil organizada e ainda não houvessem terminado os mandatos para os quais foram indicados.

A interferência do setor privado no MEC e em outros espaços é problemática porque desvirtua a essência do espaço público. Enquanto qualquer ação privada visa o lucro (seja de forma direta, seja na construção de novas necessidades e demandas sociais), a essência do setor público deveria ser o atendimento às demandas e às necessidades da população. Enquanto a gestão privada trabalha para registrar sua marca e garantir acesso aos que pagam, excluindo boa parte da população de seus serviços, a educação pública serve a toda a população, exercendo inclusive funções que a iniciativa privada não investe, por entender como não lucrativa, mas que são necessárias ao



desenvolvimento da sociedade. Quanto mais as empresas privadas adentram e se apossam do Ministério da Educação, mais a sociedade se afasta dele. Assim, a educação se torna distante dos/as educadores/as e se transforma em instrumento de barganha política. (CHAVES, MAUÉS E HAGE, 2016).

Além do desmonte de políticas públicas pela destituição dos agentes responsáveis por sua aplicabilidade, diversos programas do MEC vem sofrendo cortes de verbas, restringindo-se a quantidade do público atendido, ou em alguns casos, foram totalmente extintos. A título de exemplo, citamos os programas Mais Educação; a Provinha Brasil; o Ciências sem Fronteiras para estudantes de graduação; a drástica redução do número de bolsas de pós-graduação pela CAPES, etc.

Com o apoio de sua base no congresso, o governo Temer defendeu e aprovou a desvinculação das receitas da educação, desobrigando que o percentual mínimo de 18% dos impostos arrecadados pela união fossem utilizados obrigatoriamente no financiamento da educação. Assim, abre a possibilidade que esse dinheiro seja utilizado para outros fins. Outro projeto articulado por Temer e o Congresso Nacional, é o fim do Regime de Partilha do Pré-Sal, que retira a obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do petróleo brasileiro, admitindo a entrega total desse recurso às empresas privadas. Antes, 75% dos royalties do petróleo e 50% do fundo social do Pré-Sal eram destinados à educação e foi essa a maneira encontrada pela CONAE para garantir a execução do PNE. Com essa mudança, os recursos advindos dessa fonte para a educação serão drasticamente diminuídos ou não existirão.

Um grande golpe dado à educação foi a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos (PEC 241 na Câmara dos Deputados, PEC 55 no Senado e por fim Emenda Constitucional 95). Essa EC prevê que os investimentos em educação não podem ser maiores que o do ano anterior somada a inflação daquele período. (AMARAL, 2016).

Outra medida provisória editada por Temer, também sem discussão com a sociedade e apresentando alterações estruturais na educação básica, a MP 746 e depois passando à condição de lei, Lei 13.415/2017, a qual prevê a alteração no ensino médio. Em sua dinâmica, permite que apenas duas áreas de conhecimento sejam ofertados pelas escolas em metade do ensino médio, deixando a cargo da escolas com maior ou menor poder aquisitivo a oferta de cursos em todas as áreas.

O pretenso caráter técnico do governo Temer, que na prática une os grupos mais conservadores da sociedade, é o apoio à possibilidade da lei da “Escola sem Partido” e suas versões



estaduais, denominadas como Leis da Mordação. Esse Projeto de Lei (PL 867/2015), com apoio de bancadas evangélicas no Congresso Nacional, possibilita que professores sejam denunciados e punidos caso se manifestem contra as concepções ideológicas, políticas ou religiosas de qualquer família. Além de desconsiderar que é impossível que todas as famílias tenham uma visão igual sobre todos os assuntos, a lei impede que posicionamentos distintos sejam discutidos e apresentados aos estudantes, gerando uma educação sem criticidade e sem fundamentação científica. (FRIGOTTO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos a implementação de agenda de retrocessos à educação brasileira, ocorridos neste um ano e meio de governo Michel Temer, bem como suas consequências para o desmonte das diversas políticas públicas educacionais, somos instados a inferir que urge a necessidade de se intensificar a luta contra os desmandos do governo aí instalado. Mais do que nunca é preciso fortalecer a luta em unidade, há que se intensificar a mobilização na base, no sentido de construção de dispositivos em defesa dos direitos sociais que estão ameaçados pelas mais diversas frentes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. Dossiê “A PEC 241 e o desmonte do Brasil”. **Marxismo21**, 19 out. 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão M. (Orgs.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas: SP, Mercado das Letras, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Escola "sem" partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.